**ATA Nº 05/2023**

**COLEGIADO DE DEFESA CIVIL – UMDECPLAN**

Aos vinte e sete dias do mês de julho do corrente, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se virtualmente através da plataforma Zoom, os coordenadores de defesa civil para a quinta reunião mensal do Colegiado de Defesa Civil do Planalto Norte Catarinense – UMDECPLAN. Esteve presente a Regional do Planalto Norte,Sr. Marcio e Sr. Jairo Rodolfo Auerbach ; Defesa Civil de Bela Vista do Toldo, Sra. Giovana Schissel, Defesa Civil de Irineópolis, Cassiana, Defesa Civil de Itaiópolis, Sr. Guilherme Augusto, Defesa Civil de Papanduva, Sra. Mariana Gresczuk, Sr. Guilherme Augusto de Azevedo Velho; Defesa Civil de Mafra,Sr. Rafael Fabiano Rumor, Defesa Civil de Major Vieira, Sr. Luiz Gonzaga Teles Neto, Defesa Civil Porto União, e Assessora de Assistência Social da Amplanorte, Sra. Maria Luiza Milani, e Presidente do COGETAS, Sra. Vania para a seguinte pauta do dia: 1) PLANCON Assistência Social. Guilherme deu boas vindas e passou a palavra ao Sg. Marcio para as suas considerações, agradecendo a disponibilidade e estando a disposição. Guilherme pediu aprovação da ata anterior, sendo aprovado por todos. Passou a palavra a Sra. Maria Luiza e Vania. Vania agradeceu e disse que estão em uma rede de estudos para a confecção do Plancon, onde tem os disseminadores. Disse que tem bastante dúvidas, e que trouxe essa pauta para buscar esse auxilio na construção do Plano. Maria contextualizou a capacitação dos disseminadores, onde obteve a participação de 3 assistentes sociais e 1 da defesa civil, onde não conseguiram participar de todas a reuniões. Maria comentou que o colegiado de defesa tem o know how para a elaboração desse plano, pelo conhecimento adquirido ao longo dos anos, e experiencias e subsídios. Falou que a elaboração do plano de assistência não tem prazo estipulado, mas pretende concluir em 2024, onde será feito em fases ao longo desse período. A assistência social tem a responsabilidade com as calamidades, e no acolhimento de pessoas com vulnerabilidade e agravadas pelas calamidades, e na legislação de assistência social, chama -se a participação de como a assistência é partícipe do acolhimento, do respaldo e no que compete a assistência em qualquer evento que possa comprometer o bem estar e a rotina da população. Maria disse que está na base da lei que regulamenta a assistência social, a defesa civil é co - participante das ações humanitárias. Frisou que precisa acompanhar e motivar e sensibilizar esse processo da elaboração do plano da assistência, neste sentido buscar apoio da defesa civil. Maria tem essa visão, que precisa envolver todas as secretarias. E tem o material de apoio, mas não vai auxiliar integralmente se não tiver o apoio da defesa civil, e é com essa visão de processo que estão estabelecendo esse primeiro contato para apresentar as apreensões do que não tem, e pouco que possuem o que necessitam. A assistência possuem alguns recursos, dentre eles os eventuais que são cofinanciados onde as legislações municipais que irão atender as necessidades que por ventura demandar. Disse que confia no planejamento, onde é o respaldo de como agir em cada situação. E nos materiais que eles receberam das capacitações que podem auxiliar. O plano engloba todas as situações de risco, e que as calamidades. Vania comentou que auxiliou no plano de contingência da defesa civil, e que o Plancon da assistência precisa estar de acordo com o da defesa, alinhados, sendo feita uma complementação voltada para a política de assistência social. Maria apresentou slides das atribuições da assistência social, instrumentos para identificar as vulnerabilidades em caso de calamidades, situações de risco, mapeadas e definidas essas ações. E que tem um modelo a seguir, onde cada município ira detalhar conforme o histórico das emergências, e que o plano se dará em dois momentos, um em um perfil sociodemográfico do município em relação ao objeto da assistência social, e em um segundo momento as estratégias pensadas e descritas que na hora do evento saibam os passos a seguir. Vania complementou que precisa ser feito em consonância e também com o PPA de cada município. E que no Plancon da defesa civil já tem um protocolo de atendimento a essas famílias, dando um direcionamento de forma efetiva e eficaz. Maria passou a apresentação das orientações, onde que no plano tem a finalidade de cadastrar a população atingida, assegurar o acolhimento imediato, manter alojamentos provisórios, identificar perdas e danos, articular a rede de políticas públicas e redes sociais de apoio para prover as necessidades detectadas. E que a partir desses alinhamentos ter todo o roteiro identificado e estabelecido. E Também o processo de elaboração e homologação, dados os encaminhamentos junto a defesa civil municipal. Guilherme comentou que todos finalizaram o plano de defesa civil, faltando poucas coisas para efetivarem, sendo que tem muitas mudanças e que se considera um trabalho anual, e que passava por avaliação do estado. E que o segmento dele será parecido com o da defesa civil, e criando um comitê com a defesa civil e assistência para auxilio nesse plano, sendo um braço direito. Sargento Jairo frisou a necessidade de trabalhar juntos, e além da obrigatoriedade por lei, sendo que os dados de beneficiários é pela assistência, um trabalho em conjunto, onde implica no mapeamento. Comentou da experiencia com a Vania, na elaboração do plano de Itaiópolis, e também com auxilio valoroso o município de Mafra, onde houve necessidade de entrosamento com a assistência, que proporcionou o estado a contrapartida em tempo recorde. Ficando definido a criação de um comitê do PLANCON, com os municípios de Itainópolis e Major Vieira, com assessoria da AMPLANORTE para disseminar a documentação. Nada mas a tratar, encerrou-se a reunião.